

IAOD do Deputado Chan Meng Kam em 27/05/2014

Este mês registaram-se muitas chuvas intensas no Delta Rio das Pérolas, em Hong Kong e Macau, e as inundações transformaram-se em tema quente na nossa cidade. Macau já há muitos anos que é afectada por inundações. Este mês, a Direcção dos Serviços Meteorológicos e Geofísicos (DSMG) registou níveis de pluviosidade superiores a 100 centímetros. Porém, inesperadamente, não houve praticamente inundações, contrariamente a Maio do ano passado, em que houve três graves inundações nas zonas do Porto Interior, San Kio, centro da Taipa, e Rua do Cunha, entre outras. O problema é o mesmo, as chuvas intensas, mas passado um ano, a diferença mostra-nos que, durante este último ano, as obras públicas instalaram novos esgotos e o IACM também aumentou a capacidade de drenagem, embora se consiga aliviar alguns problemas, as obras de drenagem espalham-se por toda a cidade, e ficamos a saber, que os problemas aparecem sempre por causa da concepção e planeamento da rede de esgotos.

Nestes últimos anos, tenho dado atenção às obras de drenagem das Obras Públicas e do IACM. E depois de ouvir especialistas, de uma visita ao local e de perceber o trabalho daqueles dois departamentos, fiquei a saber que já em 22 de Agosto de 2012 foi lançado o concurso público para a construção do sistema de drenagem da Avenida dos Jogos da Ásia Oriental e Rua dos Jogos da Ásia Oriental na Taipa, com um prazo máximo de execução de 180 dias. Os especialistas afirmaram que durante as chuvas intensas de Maio do ano passado a referida obra ainda não estava concluída, e água da chuva, acumulada no centro da Taipa, não conseguia passar pela Estrada Governador Albano de Oliveira, Rua dos Jogos da Ásia Oriental, Avenida dos Jogos da Ásia Oriental para chegar ao mar, causando assim graves inundações. Por isso, as obras do Metro Ligeiro e o IACM não ter dedicado esforços aos trabalhos da rede de esgotos, como dizem algumas individualidades sociais, não foram os principais motivos dessas inundações.

Tal como o Director Jaime Carion refere na sua resposta, de há dias, à minha interpelação escrita, antes das fortes chuvas deste mês, o Governo já tinha efectuado alguns trabalhos para alívio da situação de inundações, por exemplo, foram concluídas as obras de drenagem na **Rua do Almirante Costa Cabral** e na **Rua do Desporto, na Taipa**, e foram também finalizadas as obras para aumento da

capacidade de escoamento do esgoto entre a **Estrada Governador Albano de Oliveira** e a **Avenida dos Jogos da Ásia Oriental**, para melhoria da capacidade de drenagem. Segundo os profissionais, as chuvas intensas registadas este mês não deram origem a inundações por várias razões directamente relacionadas com as obras de drenagem entretanto concluídas. No Porto Interior, também não se registaram inundações, essencialmente por não ter havido lugar a intrusões.

Quanto aos trabalhos do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais (IACM), em Maio do ano passado, depois das inundações na **Rua do Cunha**, que causaram graves prejuízos aos lojistas, os residentes acusaram o Governo de ter desperdiçado dinheiro público para construir estações para bombas de água, decerto inúteis, perto do Centro Desportivo Olímpico. Depois dessas tais inundações, o IACM publicou um anúncio de **concurso público para as obras de aumento da capacidade de escoamento do esgoto situado na Avenida Olímpica, na Taipa**, que tiveram início em Dezembro do ano passado. Segundo as informações divulgadas pelo IACM na sua página electrónica, no passado dia 19, para elevar a capacidade de escoamento da água nas zonas ao redor da **Rua da Ponte Negra e da Rua do Regedor**, o IACM concluiu as obras de alargamento da rede de esgotos situada na **Avenida Olímpica**, na Taipa, tendo sido colocado um cano com 110 metros de comprimento e 1.65 metros de diâmetro, para ligação às instalações de recolha de água existentes no Centro Desportivo Olímpico. Está-se em crer que este cano conseguiu aliviar as inundações naquelas zonas.

Além disso, em Abril deste ano, o IACM realizou obras de drenagem na Rua de Lagos e na Rua de Tai Lin, para alargamento da rede de esgotos e construção de novos sumidouros. Segundo os avisos da DSSOPT, vão ter início a «Empreitada de reordenamento de drenagem a Oeste do Kartódromo de Coloane» e a «Empreitada da obra de canalização provisória na Zona B dos novos aterros urbanos».

É necessário resolver o problema das inundações. A maioria das avenidas onde decorrem essas obras estão fora da baixa da Taipa, o que significa que o sistema de escoamento nessas avenidas e ruas já não tem capacidade suficiente para drenagem das águas e deve ser aperfeiçoado. Em Macau, cabe à DSSOPT planear e construir o sistema de drenagem e depois ao IACM fazer as obras de alargamento e reparação. As obras de drenagem repetem-se frequentemente ao longo dos

tempos, tratando-se de um desperdício de dinheiro público. Como é que a DSSOPT planeia e procede à construção do sistema de drenagem? Em que é que se baseia esse planeamento? Qual é o serviço responsável e quem é responsável? Esses planeamentos são prospectivos? A quem compete o trabalho de apreciação e autorização? Consultei as informações sobre alguns concursos públicos realizados, e a maioria das obras de drenagem foram sempre adjudicadas a determinadas empresas. A qualidade dessas empreitadas é fiscalizada? Quanto ao IACM, quais são os fundamentos científicos em que se baseiam as obras de alargamento e reparação da rede de drenagem?

Para criar e manter um bom ambiente habitacional, os residentes têm de ter uma noção do plano director das supra-estruturas, e também de conhecer as infra-estruturas de segurança, especialmente porque Macau é uma terra pequena com muita gente, portanto, uma cidade altamente povoada. Mas tudo isto passa despercebido aos residentes, e o Governo nada diz. Por exemplo, sempre que há inundações os residentes só podem lamentar-se, por isso, o Governo deve elevar o grau de transparência das informações e explicar aos residentes a concepção e o plano da rede de esgotos, para que estes possam fiscalizar; a tutela deve esclarecer o que é que espera das unidades suas subordinadas ao nível da planificação, concepção, construção e ampliação; o desempenho dos dirigentes deve ser avaliado e os resultados devem ser publicitados, assim como devem assumir as devidas responsabilidades em caso de vícios de obras; deve haver coordenação, pois é a DSSOPT que planeia, concebe e lança as redes subterrâneas de esgoto e é o IACM que se responsabiliza pelos trabalhos subsequentes, devendo ainda proceder-se a um ajustamento ao nível da distribuição de competências e funções; o plano para resolver as inundações no Porto Interior não deve passar de um Governo para outro, com o IACM a conceber as soluções e a DSSOPT a entrar pelo meio; as obras devem ser quanto antes executadas, independentemente da unidade que ficar com essa responsabilidade; as redes subterrâneas das novas zonas urbanas devem ser planeadas, concebidas e construídas, com base numa previsão a 100 anos, de forma a evitar o círculo vicioso de abrir, escavar e fechar os pavimentos, sem parar.

IAOD da Deputada Wong Kit Cheng em 27/05/2014

A instituição do “Ano Internacional da Família” pelas Nações Unidas e a aplicação a Macau da “Lei de Bases da Política Familiar” fazem este ano 20 anos, ao longo dos quais as políticas e medidas das diversas entidades públicas não seguiram os princípios norteadores daqueles, portanto, há que reforçar a sua observância e que rever oportunamente as suas disposições.

O objectivo das Nações Unidas ao instituir, em 1994, o “Ano Internacional da Família”, foi exortar os diversos países e territórios a prestarem mais atenção à situação familiar dos seus cidadãos, a elevarem o estado de alerta para os problemas familiares e a adoptarem as medidas necessárias. A tónica é colocada na garantia do equilíbrio entre a família e o emprego, da promoção da harmonia social e da solidariedade entre gerações, através de políticas e estratégias direccionadas para as famílias.

A família é um dos pilares da sociedade, e quando o seu elemento principal deixa de exercer as suas funções, coloca necessariamente em causa a vida e o crescimento dos restantes elementos, pondo indirectamente em risco a estabilidade e o desenvolvimento social. Os diversos dados, nomeadamente, sobre o aumento do número de idosos, de famílias monoparentais, da taxa de divórcios, e da redução da taxa de natalidade, demonstram bem que as funções da família estão a ser gradualmente afectadas, nomeadamente, a ideia tradicional de que devem ser as mulheres a cuidar da família. Após o retorno de Macau à Pátria, deu-se uma grande reviravolta na estrutura económica e a taxa de desemprego tem-se mantido baixa, sendo hoje cerca de 130 mil as mulheres residentes que integram a população activa, ou seja, uma taxa de 47,7%. Para reforçar o apoio às famílias em que ambos os cônjuges trabalham, a associação das mulheres propôs, em 2011, a definição de uma política que lhes permita equilibrar o trabalho e a família, de forma a evitar o agravamento dos problemas familiares.

Nas LAG para 2013, refere-se que *o Governo continuará a dar atenção a políticas favoráveis a família, ou seja, a equilibrar o papel dos trabalhadores na família e no emprego, vitalizar a capacidade das mulheres para participarem em diferentes actividades e promover a harmonia na família e na comunidade*. Estas políticas já foram implementadas há um ano. Solicito por isso ao Governo que crie um grupo de trabalho para acompanhamento e estudo dos problemas familiares e um regime de apoio às famílias adaptado às características de Macau, com vista a concretizar melhor aquelas políticas.

A Lei de Bases da Política Familiar (adiante designada por “Lei de Bases”), publicada há quase 20 anos, visa salvaguardar a vida familiar da população de Macau, contém cinco capítulos e 23 artigos, e regula sobretudo as áreas do emprego, habitação, higiene e educação. Só o Instituto de Acção Social é que aplica esta lei, e com vista a atingir os objectivos nela definidos, já lançou várias medidas. No entanto, as medidas lançadas por outros serviços não respeitam

aqueles objectivos, o que acaba por diminuir, gradualmente, os apoios à família.

Na minha opinião, quando os serviços públicos definem leis e políticas nas diversas áreas de governação não têm em conta as reais situações das famílias, levando muitas delas a pensar que dessa forma não conseguem ajudá-las efectivamente. Isto tem a ver com a fraca funcionalidade das directrizes da Lei de Bases. Por exemplo, primeiro, os serviços competentes construíram muitas fracções T1, integradas nas 19 mil habitações públicas, quando os candidatos às habitações económicas eram agregados familiares, o que revela que não tiveram em conta as necessidades das famílias; segundo, actualmente, a Lei das Relações de Trabalho não estipula nada sobre faltas por razões familiares, faltas por paternidade remuneradas, nem sobre horas de dispensa para amamentação, o que prejudica as famílias em que ambos os pais trabalham; e terceiro, as políticas implementadas pelos serviços públicos para as pessoas que trabalham como cuidadores, a tempo inteiro, da família, pecam por falta de garantias, pois não asseguram nem reflectem o respeito e o valor económico e social dessas pessoas.

Pelo exposto, solicito aos serviços competentes que revejam a Lei de Bases da Política Familiar, aditando medidas que beneficiem as famílias, e que procedam, atempadamente, às devidas alterações, com vista ao alargamento do seu âmbito e a garantir melhores condições de funcionalidade às famílias.

IAOD do Deputado Ho Ion Sang em 27.05.2014

O Governo lançou recentemente para consulta pública, por um período de 60 dias, o “Plano de Aquisição de Imóveis para Habitação por Residentes de Macau” (PAIH). Segundo o Secretário Lau Si Io, a expressão “Terra de Macau destinada a residentes de Macau” não implica em si qualquer conceito, enquanto o “PAIH” consegue reflectir as necessidades reais dos residentes, desempenhando um papel complementar entre a habitação pública e a habitação do mercado privado.

Considero, entretanto, que a substituição da ideia “Terra de Macau destinada a residentes de Macau” pelo “PAIH” é um acto de visão estreita e que ignora o fundamental, pois o uso prioritário dos terrenos de Macau para resolver o problema de habitação dos seus residentes é o maior desejo da população, atendendo à escassez de solos e à constante subida em flecha do preço dos imóveis do mercado privado. Ademais, a ideia “Terra de Macau destinada a residentes de Macau” deve ser transformada, pelo contrário, numa política de terras a longo prazo, e não deve ser substituída por uma simples medida para complementar as habitações públicas e privadas, encobrindo, assim, a gravidade e a premência do problema de habitação de Macau. Esta forma de actuar do Governo por vias travessas, faz-nos, inevitavelmente, questionar sobre a sua determinação em resolver o problema de habitação dos residentes.

Por outro lado, o documento de consulta refere que “a longo prazo, o Plano de Aquisição de Imóveis formará, com o mercado privado e a habitação pública (habitação social e habitação económica), um quadro de oferta de habitação de quatro níveis, permitindo aos residentes optar pela via de aquisição de casa própria consoante a sua capacidade”¹. Porém, desconhecendo-se ainda a quantidade de reserva de terrenos disponíveis pelo Governo e a oferta de habitação pública segundo uma calendarização definida, a população questiona se o Governo não está a ser irrealista? e a prometer planos que não vão concretizados. Como sabemos, Macau tem poucos terrenos e, se o Governo não consegue garantir que a oferta de habitações públicas possa satisfazer as necessidades da população, como podemos esperar que haja terrenos suficientes para implementar o Plano de Aquisição de Imóveis? Além disso, o documento de consulta refere que este Plano e as habitações social e económica se complementam entre si em termos funcionais, no entanto, também se disputam pela utilização dos recursos. Isto significa que, depois de este Plano de aquisição ser implementado, irá disputar terrenos com os projectos de habitação pública e, por isso, a sociedade deve reflectir sobre a questão da distribuição equitativa dos recursos. Assim, a oferta de habitação pública no futuro e a sua distribuição irá possivelmente agravar o conflito entre diferentes camadas sociais, o que terá necessariamente efeitos negativos para a harmonia social. Deste modo, não é nenhum exagero que a sociedade interprete e critique as afirmações do Governo como uma ameaça.

¹ “Plano de Aquisição de Imóveis para Habitação pelos Residentes de Macau” – Documento de Consulta, pág. 2

De facto, a situação geral de hoje é que a procura de habitações é forte, apesar de o preço dos imóveis estar longe do poder real de compra dos residentes. As transacções registaram descidas, mas, mesmo assim, o preço dos imóveis continua a subir sem parar e isto evidencia que os capitais especulativos ainda não saíram do mercado local. Por outro lado, o Governo, até ao momento, ainda não assumiu uma atitude séria na revisão do rácio entre as habitações públicas e as privadas, na ordem de “2/8”, nem divulgou novas medidas para regular o mercado privado. A atenção dos residentes está focada na divergência entre “o produto real e o que está na prateleira”, no âmbito da política “Terra de Macau destinada a residentes de Macau”, uma vez que o futuro panorama apresenta discrepâncias. Assim, o Governo consegue, ou não, honrar a promessa delineada nas Linhas de Acção Governativa (LAG) de “habitação para todos, bem-estar para todos”?

A questão de fundo é o facto de o Governo nunca ter reflectido profundamente nos problemas relativos às dificuldades em adquirir uma habitação em Macau. Neste momento, o Governo atreve-se a recorrer ao “Plano de Aquisição de Imóveis para Habitação por Residentes de Macau”, entre outras medidas complementares, para minimizar a premência de aquisição de habitação. Isto contraria totalmente a intenção original do conceito “Terra de Macau destinada a residentes de Macau”, apresentado pela sociedade, o qual não só se destina a resolver o problema de habitação, mas ainda tem a ver com a questão dos terrenos, com implicações no desenvolvimento a longo prazo de toda a sociedade. Assim, apelo ao Governo para assumir uma visão prospectiva na resolução da escassez de terrenos e das questões habitacionais, e além disso deve preparar-se antes de actuar. Para a população, a dificuldade em adquirir uma habitação é um problema que se arrasta há anos, mas o Governo continua a lidar com isto de uma forma normal, por isso, quanto ao método a longo prazo para resolver esta questão, não se verificou qualquer avanço. Volto a apelar ao Governo para reflectir, com uma atitude sincera e visão prospectiva, sobre a política “Terra de Macau destinada a residentes de Macau”, pois deve resolver os problemas de habitação a partir da fonte e não actuar a seu bel-prazer, sem ligar às opiniões dos outros.

IAOD do Deputado Si Ka Lon em 26.05.2014

Recentemente, uma instituição do Interior da China divulgou um relatório de investigação sobre as cidades com condições ideais de vida. Segundo consta, Macau ocupava, no ano passado, o segundo lugar do pódio, mas a sua posição registou uma descida e acabou por ficar fora das primeiras dez cidades com melhores condições. O relatório explana ainda que, quanto ao rácio entre o factor que representa o preço dos imóveis e o salário, e a competitividade da cidade em termos de condições ideais de vida, estes dois componentes marcham a par e passo. Olhando para a situação de Macau, nos últimos dez anos, o preço dos imóveis decuplicou, ao passo que a mediana salarial dos residentes apenas passou para o dobro, uma diferença muito aquém da margem de aumento do preço dos imóveis. Não é possível comprar uma habitação privada nem aguentar as rendas, nem é possível esperar a chegada de habitações públicas, por isso, é difícil os cidadãos afirmarem que estão felizes.

Quanto à resolução do problema de aquisição de habitação, dantes, os serviços competentes focaram a sua atenção nas respectivas políticas. Recentemente, os mesmos serviços afirmaram que vão rever o regime de habitação social e a Lei da Habitação Económica e, há dias, divulgaram e colocaram em consulta o “Plano de Aquisição de Imóveis para Habitação por Residentes de Macau”. Estamos receptivos à iniciativa do Governo quanto à revisão e elaboração de políticas de habitação para garantir que os residentes possam comprar casa e viver tranquilamente, e, sobretudo, receptivos ao referido Plano, uma vez que oferece mais oportunidades às pessoas que não são elegíveis para habitação pública e que, ao mesmo tempo, não possuem capacidade para comprar uma habitação no mercado privado, ou até aos solteiros(as), com salário médio e alto.

No entanto, diz-se vulgarmente que “mesmo que uma mulher seja boa a cozinhar, sem grãos não consegue fazer arroz”, isto é, tanto as habitações públicas como as habitações do referido Plano têm a ver com uma questão de fundo que é existir uma reserva suficiente de terrenos. Sem uma reserva suficiente, e se apenas se “desenhar um bolo, para resolver a fome”, isto não faz realmente qualquer sentido. Por outras palavras, para resolver as dificuldades na aquisição de habitação, não só há que contar com o apoio das políticas de habitação, mas também é necessário contar com a ajuda complementar das políticas de terrenos. Estes dois elementos formam um conjunto e produzem os devidos efeitos, sendo que um não existe sem o outro. De facto, depois das 19 mil habitações públicas, os serviços competentes até ao momento só conseguiram arranjar os terrenos que estão de reserva para construir 4400 habitações. No texto de consulta do “Plano de Aquisição de Imóveis para Habitação por Residentes de Macau”, não se faz qualquer referência à fonte de terrenos para construção. Alguns cidadãos estão preocupados com o surgimento eventual de concorrência no uso de recursos entre este Plano e a construção de habitações públicas. Se isto for verdade, não passa de uma situação de “demolir a parede de leste para reparar a parede do oeste”, isto é, mais uma habitação para o referido Plano, mas

menos uma habitação económica e, em consequência, o total de habitações, no fundo, não vai poder, basicamente, satisfazer a procura.

As autoridades admitiram que a falta de terrenos é o maior obstáculo. Descobrir os problemas é importante, mas resolvê-los, de forma activa, é que é fundamental. Infelizmente, no passado, o Governo andou sempre às voltas com as medidas relativas à habitação, sem ter dado muita atenção às políticas ligadas aos terrenos. Desde a aprovação dos novos aterros em 2009, o andamento das obras tem sido lento, não havendo uma calendarização para a sua conclusão; durante anos, a retoma dos terrenos desaproveitados não teve quaisquer resultados e, há dias, os Deputados Chan Meng Kam e Song Pek Kei interpelaram sobre isto.

Procedendo a uma comparação entre os relatórios das LAG de Hong Kong e Macau para o ano de 2014, no primeiro caso, o objectivo de oferta de habitações e a calendarização são claros e detalhados e há ainda a especificação das fontes dos terrenos; no caso de Macau, o Governo “irá acelerar a concretização da construção de habitação pública após o projecto das 19 mil fracções e aumentar a reserva de terrenos para a construção de habitação pública (...) no planeamento dos novos aterros será contemplada a reserva de terrenos destinados a habitação”, mas não se aponta um número concreto nem se indica uma calendarização para o efeito, e a população dificilmente consegue fazer uma previsão.

As políticas de habitação devem indexar-se às políticas de terrenos, caso contrário, mesmo que haja o melhor planeamento habitacional, este não vai passar de palavras ocas. Na verdade, tendo em consideração a realidade de Macau, há três principais fontes de terrenos para a oferta de habitação: 1) os terrenos desaproveitados por longos períodos; 2) os novos aterros, com área de 350 hectares, aprovados em 2009; 3) os espaços libertados através do reordenamento dos bairros antigos. Quais foram os trabalhos desenvolvidos em relação a estas três fontes de terrenos? Quais foram os resultados? Espero que as autoridades possam acelerar os trabalhos relacionados com a coordenação e reserva de terrenos, uma vez que só o desenvolvimento conjunto das políticas de habitação e de terrenos é que pode resolver verdadeiramente os problemas de habitação, bem como possibilitar a construção de uma cidade onde seja agradável viver.

IAOD da Deputada Lei Cheng I em 27.05.2014

Em 2007, o Governo fixou o salário mínimo em 21 patacas por hora para os trabalhadores que prestam serviços de limpeza e de segurança nos serviços públicos, mas nem o timing nem a taxa de actualização conseguiram alguma vez acompanhar a subida da inflação, o que é lamentável! Ou seja, só em 2011 e em 2013 é que aquele valor foi actualizado para 23 e 26 patacas respectivamente. Como hoje em dia tudo está caro, os trabalhadores esperam que o Governo actualize atempadamente os seus salários.

No passado mês de Março, interpelei o Governo sobre se ia ou não rever ou actualizar o valor do salário mínimo, e acabei de receber a resposta, na qual aquele afirma que já iniciou o processo legislativo sobre o salário mínimo para os trabalhadores da limpeza e segurança na área da administração de propriedades, no qual se propõe um salário mínimo no valor de 28 patacas por hora. O âmbito da proposta de lei aplica-se aos trabalhadores que prestam serviços de limpeza e segurança adjudicados por serviços públicos, portanto, o aumento do valor do salário mínimo destes trabalhadores tem que aguardar pela aprovação da respectiva proposta de lei.

Já foi muito o tempo despendido no estudo e discussão sobre a actualização do salário mínimo, e embora o Governo tenha afirmado que o texto da proposta de lei está basicamente finalizado e sublinhado que ia lutar para que a mesma fosse apresentada à Assembleia Legislativa no mês de Junho, o processo legislativo exige tempo, e mesmo que a proposta de lei seja aprovada, não quer dizer que entre logo em vigor. Portanto, está a ser atrasada a actualização do salário mínimo dos trabalhadores que prestam serviços adjudicados por serviços públicos. Além disso, o salário mínimo para estes trabalhadores já é política vigente, que não deve ser afectada devido ao alargamento do respectivo âmbito de aplicação. Espero que antes da aprovação da dita proposta de lei, o Governo tenha em consideração as mudanças económicas e salariais registadas em Macau, e ajuste, quanto antes, o salário mínimo daqueles trabalhadores, a fim de aliviar a pressão em que vivem. Como é claro, o sector laboral espera que o Governo concretize, de facto, os seus compromissos, finalize os trabalhos de produção legislativa dentro do prazo e que não perca tempo em nenhuma das fases deste processo, no sentido de permitir que aqueles trabalhadores que auferem baixos salários possam ser verdadeiramente salvaguardados pelo regime salarial.

IAOD da Deputada Kwan Tsui Hang em 27.05.2014

Só no mês de Maio foram sucessivos os acidentes de viação envolvendo feridos, nomeadamente, o atropelamento de dois estudantes na passadeira, que resultou numa morte e num ferido, e o atropelamento de um peão, que não terá atravessado na passadeira ou obedecido ao semáforo, que ficou gravemente ferido. Estes acidentes sucessivos demonstram a gravidade dos problemas de segurança rodoviária, por isso, é necessário aumentar a consciencialização de condutores e peões. O Governo deve adoptar medidas e reforçar a educação e sensibilização sobre segurança rodoviária.

Fazendo um balanço, em 2011 registaram-se 14 mil 102 acidentes de viação, 400 deles envolveram feridos e resultaram em 12 mortes; em 2012 registaram-se 14 mil e 688 acidentes, 428 deles envolveram feridos e resultaram em 18 mortes; em 2013 registaram-se 15 mil e 77 acidentes, 444 deles envolveram feridos e resultaram em 19 mortes; e no 1.º trimestre deste ano registaram-se 3 mil e 733 acidentes, 101 deles envolveram feridos e resultaram em 5 mortes. Resumindo, os acidentes de viação, nomeadamente os graves dos quais resultam feridos e mortos, têm tendência para aumentar. Sintetizando as notícias divulgadas pela imprensa, muitos dos acidentes registados nestes últimos anos dizem respeito a atropelamento de peões, na passadeira ou por desobediência às regras do trânsito, por isso, não têm nada a ver com a fraca consciencialização dos condutores e dos peões sobre a segurança rodoviária e o cumprimento da lei.

Já me pronuncio e apresento interpelações sobre a segurança rodoviária há muitos anos, na esperança de conseguir despertar a atenção da sociedade e de alertar para a importância do assunto, de corrigir a atitude dos condutores e dos utentes das vias, e ainda de ver o Governo reforçar, continuamente, a sensibilização e aplicação da lei, tendo em conta as características e tendências dos acidentes de viação, e rever a respectiva legislação reforçando as sanções, em prol do aumento da consciencialização sobre a segurança rodoviária e o cumprimento da lei.

No entanto, é lamentável que os acidentes, os feridos e os mortos não reduzam e, antes pelo contrário, aumentem continuamente. Muitas vezes, só depois de se registarem acidentes graves, é que o Governo reforça a aplicação da lei, não consegue fazê-lo de forma contínua, portanto, ressurgem os maus hábitos de condução, como não dar prioridade aos peões nas zebras, passar com o sinal vermelho, conduzir sob efeito de álcool, etc.!

Afinal, o fenómeno caótico da segurança rodoviária em Macau deve-se à insuficiência de sensibilização e educação por parte do Governo? Ou à imperfeição das instalações de trânsito? Ou à insuficiência dos trabalhos da Polícia? Ou ainda à insuficiência dos efeitos dissuasores da lei? Estas questões

merecem reflexão. O reforçar da consciencialização sobre a segurança rodoviária junto de condutores e utentes das vias exige um trabalho conjunto e contínuo em várias vertentes.

O Governo deve, com toda a sua determinação, reforçar a execução da lei sobre a segurança rodoviária, reforçar as tarefas de educação e sensibilização sobre a lei e consequências da sua violação, aperfeiçoar a concepção e localização das instalações de trânsito, e ainda, quanto antes, estudar a Lei do Trânsito Rodoviário, os respectivos diplomas complementares e os efeitos dissuasores das normas sancionatórias. Não pode nunca menosprezar este assunto!

IAOD da Deputada Chan Melinda Mei Yi em 27/05/2014

Segundo uma notícia¹, uma Associação de Comerciantes de Carnes Frescas referiu, numa conferência de imprensa, que uma cadeia de supermercados vendia carne de porco fresca muito barata, menos 40% do preço praticado nos mercados. E mesmo assim, essa cadeia ainda declarou lucros. Para aquela Associação, é questionável que a referida cadeia de supermercados pratique preços inferiores ao preço de custo da carne. Assim, ontem, os comerciantes pertencentes àquela Associação suspenderam o fornecimento de porcos à cadeia de supermercados em causa.

Podemos então colocar algumas questões. Primeiro, será que a cadeia de supermercados pratica preços inferiores ao preço de custo para competir com os vendedores dos mercados? Segundo, será que o preço da carne de porco é elevado por causa da complexidade do processo de importação? O mercado de Macau é liberal, e como a carne de porco é um dos principais alimentos dos residentes, o seu preço tem implicações com a vida dos residentes, portanto, os serviços competentes têm a responsabilidade de actuar perante este problema.

Com vista a estabilizar o preço da carne de porco, o Governo já adoptou algumas medidas, por exemplo, a fixação do preço da importação de porcos. Agora, os supermercados reduzem os preços, mas os comerciantes censuram-nos e queixam-se disso.

De facto, há dois anos, o Chefe do Executivo criou, por despacho, um grupo de trabalho interserviços para os preços dos alimentos², para se responsabilizar, especificamente, por uma investigação e estudo sérios sobre todo o processo de importação e venda, por grosso e a retalho, dos principais alimentos, para além de apresentar propostas para combater e tratar as práticas ilícitas e injustas, designadamente, o aumento arbitrário dos preços, os enganamentos propositados nos pesos, o monopólio e a falta de clareza na unidade de peso utilizada, entre outros, de modo a estabilizar os preços dos alimentos em Macau.

Quero chamar a atenção que este grupo de trabalho interserviços, dirigido pela Direcção dos Serviços de Economia (DSE) e composto pelo Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais (IACM) e pelo Conselho de Consumidores (CC), deve cumprir as atribuições definidas no despacho do Chefe do Executivo, procedendo a uma plena averiguação sobre os preços da carne de porco. Será que há supermercados que praticam preços inferiores ao preço de custo para prejudicar os vendedores do mercado? Ou será que os custos são mesmo diferentes para o supermercado e para o mercado? Ou será que as etapas intermédias é que são responsáveis pelos altos preços da carne de porco no

¹ Jornal do Cidadão, página 1, em 22 de Maio de 2014.

² Notícia publicada pelo Gabinete de Comunicação Social, em 28 de Junho de 2012.

mercado? O Governo, ao invés de deixar os vendedores do mercado e o responsável da referida cadeia de supermercados entrarem em disputa, pondo em causa a harmonia social, deve é assumir as suas responsabilidades de fiscalização, clarificar quanto antes a situação, e divulgar as respectivas informações junto do público, com vista a elevar o grau de transparência das informações e a fiscalizar actos ilegais ou irracionais, protegendo assim os interesses dos cidadãos e salvaguardando a estabilidade social.

O Governo tem também a responsabilidade de avaliar a performance daquele grupo de trabalho interserviços, desde que foi criado em Junho de 2012. É necessário avaliar e determinar se está a cumprir as funções definidas no despacho do Chefe do Executivo. Se só existe de nome e não produz os efeitos esperados, então, há que proceder à sua extinção e recorrer a outros métodos para salvaguardar a fiscalização efectiva dos preços dos produtos alimentares, em prol da defesa dos interesses dos cidadãos.

IAOD da Deputada Chan Hong em 27.05.2014

Com o ritmo acelerado do desenvolvimento da economia, em 2013 os visitantes ultrapassaram os 29 milhões¹, os veículos automóveis² atingiram os 220 mil, e registaram-se 15 077 acidentes de viação, 657 dos quais envolvendo peões. Nos primeiros 2 meses deste ano registaram-se 2 444 acidentes de viação, 120 dos quais envolvendo peões³. Com o excesso de pessoas e veículos, é natural que aumentem os acidentes de viação, particularmente quando é fraca a consciência sobre a segurança dos utentes das vias públicas, situação esta que suscitou já a atenção social. Registaram-se, recentemente, sucessivos acidentes de viação graves dos quais resultaram feridos e mortos, que vieram fazer soar novamente o alarme da segurança rodoviária junto da sociedade. O Governo deve adoptar, quanto antes, as medidas necessárias para garantir a segurança dos visitantes e dos residentes de Macau. Pelo exposto, gostaria de manifestar as minhas opiniões sobre este assunto e apresentar algumas sugestões para referência do Governo.

1. Aperfeiçoar as instalações de apoio ao trânsito

Com o desenvolvimento social, têm aumentado os residentes e os veículos, mas as vias rodoviárias e as passagens para peões não conseguem acompanhar a situação. Assim, são insuficientes as instalações de apoio ao trânsito, por exemplo, nas zonas turísticas faltam lugares de estacionamento, portanto, é frequente o estacionamento ilegal de autocarros turísticos, o que é um perigo e impede a circulação de outros veículos; faltam lugares de estacionamento para veículos pesados, e as respectivas instalações não são as melhores, portanto, é frequente ver reboques a ocupar as vias; os pavimentos onde decorrem grandes obras estão gravemente destruídos constituindo verdadeiras armadilhas; algumas zebras e semáforos estão mal colocados e é frequente a luta entre veículos e peões para passar; e junto às escolas não há equipamentos que obriguem à redução da velocidade nem sinais de advertência, por isso, o perigo é grande para os alunos sempre que atravessam a rua. As autoridades têm de efectuar uma avaliação atempada desses problemas, de reforçar o diálogo com os residentes e de acolher as suas opiniões, no sentido de os resolver.

2. Reforço das infracções para a condução em estado de embriaguez, sob o efeito de droga e em excesso de velocidade

Nestes últimos anos, tem-se verificado uma tendência de aumento das situações de condução em estado de embriaguez, sob o efeito de droga e em excesso de velocidade. As autoridades têm reforçado o respectivo combate, mas

¹ Direcção dos Serviços de Estatística e Censos da RAEM. <http://www.dsec.gov.mo/Statistic.aspx?NodeGuid=251baebb-6e5b-4452-8ad1-7768eafc99ed>

² Estatísticas dos Transportes e Comunicações, disponibilizadas pela Direcção dos Serviços de Estatística e Censos da RAEM. http://www.dsec.gov.mo/getAttachment/f3ee7134-20c3-4086-91bd-fa5d2af9ab47/C_ETC_FR_2013_M03.aspx

³ A Macau de hoje. <http://www.hkdailynews.com.hk/NewsDetail/index/80101>

como as penas em Macau são relativamente baixas, os efeitos dissuasores são fracos. Aos infractores apanhados, pela primeira vez, a conduzir em estado de embriaguez, aplicam-se pena de multa ou pena suspensa e inibição de condução por um período de um a dois anos, um custo relativamente baixo para esta violação à lei. Sugere-se às autoridades a adopção de medidas mais flexíveis, tais como, aumentar as operações stop, destacar mais pessoal para os pontos negros do trânsito, instalar mais “sistemas de verificação da velocidade em pontos fixos” e “sistemas móveis para verificação da velocidade” e ainda importar mais equipamento para testes de droga. Para além disso, devem ainda ponderar sobre a revisão da Lei do Trânsito Rodoviário, reforçando as penas para as três formas de condução referidas, no sentido de combater a condução perigosa.

3. Estudar a viabilidade de implementar regimes de pontuação para as infracções rodoviárias e de suspensão da carta de condução

Face aos diversos acidentes registados, muitos residentes querem um aumento das penas para as infracções rodoviárias através da revisão da lei, e que se introduzam regimes de pontuação e de suspensão da carta de condução, como forma de alerta para os condutores. Mas na opinião de alguns, estes regimes também apresentam lacunas, por isso, não vão produzir efeitos, e a forma mais eficaz seria definir na lei a exigência de repetição de aulas de condução. A sociedade ainda não chegou a um consenso sobre estes dois regimes, e o Governo não efectuou nenhum estudo sobre a sua viabilidade, nem sequer tomou qualquer atitude em concreto. Mas se é um governo responsável, deve estudar seriamente todos os projectos, ponderar as respectivas vantagens e desvantagens, e adoptar o melhor. Proponho ao Governo que proceda a uma auscultação da sociedade e de especialistas em particular, e que avance com estudos sérios sobre a referida viabilidade, a fim de conseguir dar uma resposta ao público.

4. Sensibilização regular sobre segurança rodoviária

Os acidentes de viação estão sempre a acontecer, por isso, os hábitos e a atitude dos utentes das vias devem ser alvo de consideração, assumindo as campanhas de sensibilização e o ensino grande importância no que respeita ao evitar de acidentes. Os serviços competentes têm realizado actividades de divulgação sobre segurança rodoviária - palestras e workshops nas escolas e bairros comunitários - mas o número de acidentes de viação continua a ser elevado, o que demonstra a fraca consciência dos residentes sobre a segurança rodoviária. O Governo e a sociedade devem continuar a promover a inclusão desta matéria no ensino regular, e os serviços competentes devem entrar nas escolas e nos bairros residenciais para promover campanhas de sensibilização sobre segurança rodoviária e sobre a respectiva legislação, nomeadamente junto de idosos, alunos e motoristas, com vista a concretizar a ideia das deslocações seguras. Para além disso, devem recorrer aos diversos meios de comunicação social para divulgar informações sobre segurança rodoviária, a fim de aumentar a consciência para a segurança dos peões quando atravessam passadeiras, e de permitir que os turistas conheçam e cumpram as regras de trânsito de Macau.

INTERVENÇÃO ANTES DA ORDEM DO DIA

“A história vai recordar a mega manifestação de 25 de Maio”

O dia 25 de Maio de 2014 vai ficar na história de Macau. Estimativas modestas referem que mais de 25 mil residentes participaram nesta mega manifestação. Pela primeira vez, os manifestantes estiveram unidos numa só voz. Mais de 25 mil manifestantes pediram ao Chefe do Executivo para proceder à retirada do projecto lei que atribui compensações milionárias aos Secretários. Apelo ao Chefe do Executivo para que assim proceda a bem da sua breve candidatura para novo mandato de Chefe do Executivo. A Secretária para a Administração e Justiça deve pedir desculpas à população nos termos do Estatuto dos Titulares dos Principais Cargos da RAEM, porque mais de 25 mil manifestantes deram um “cartão vermelho” ao Governo.

Esta não é a primeira vez que o Chefe do Executivo como dirigente máximo da RAEM manda retirar projectos de lei da Assembleia Legislativa. Aconteceu com os projectos da reconstrução dos bairros antigos, diminuição da idade de inimizabilidade criminal de 16 para 14 anos e reforma dos impostos. Em 2007, a Secretária para a Administração e Justiça (SAJ) propôs o “**fim**” do regime de pensões de aposentações para os trabalhadores da administração pública com excepção dos magistrados judiciais instituindo o regime de previdência para todos os trabalhadores da função pública.

Na altura, esta distinta individualidade alegou que o regime de pensões de aposentações era um “**fardo pesado**” para o erário público. Muitos trabalhadores foram enganados pela “publicidade enganosa” desta individualidade optando pelo regime de previdência. Hoje, os que optaram estão arrependidos da decisão. Agora por via travessas institui-se um novo regime semelhante com efeitos retroactivos para o ex-Chefe do Executivo e actual Chefe do Executivo.

Convém referir que a SAJ continua a beneficiar do regime de aposentações e sobrevivência e continua a não optar pelo regime de previdência. E se o regime de previdência seria de facto um regime muito bom para protecção na velhice não se

percebe porque a SAJ não propôs a sua extensão para os magistrados judiciais. Assim os magistrados judiciais continuam a ficar prejudicados por não beneficiarem do regime de previdência!

Há mais de uma dezena de anos que muitos trabalhadores da administração pública reivindicam a contagem do tempo de serviço eventual para efeitos de cálculo de aposentação contudo a SAJ sempre ignorou esta legítima pretensão.

Há vários anos que os trabalhadores das classes mais baixas e da linha de frente têm reivindicado para sejam mantidos os subsídios de residência e de diuturnidades após estarem aposentados em igualdade de circunstâncias dos seus colegas aposentados que beneficiam das pensões de aposentação e sobrevivência e que recebem na íntegra os subsídios de renda e de diuturnidades.

Contudo a SAJ afirmou em várias sessões públicas de esclarecimento e mesmo neste hemiciclo que as cláusulas contratuais do contratos de trabalho são para ser respeitados não devendo os trabalhadores exigirem posteriormente mais benefícios e regalias que não estejam previstos nos contratos de contrato ou nos estatutos profissionais.

A nosso ver trata-se de uma discriminação em função da condição social das profissões tratando uns como “filhos outros como enteados” contraditando o preceituado no artigo 25.º da Lei Básica.

Convém recordar e meditar o artigo 25.º da Lei Básica que tem sido muito ignorado e maltratado. Diz o seguinte: “Os residentes de Macau, são iguais perante a lei, sem discriminação em razão da nacionalidade, ascendência, raça, sexo, língua, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução e situação económica ou condição social.” Por isso, qualquer tratamento diferenciado quer seja em percentagens financeiras de 14%, 30%, 70% ou mesmo 100% quer seja derivado da categoria profissional deve ser devidamente “fundamentado” e não de “animo leve” ou “inventado sobre os joelhos”.

Assim, convém perceber bem o sentido e alcance do artigo 25.º da Lei Básica. Brevemente, um pequeno círculo 400 residentes de um universo de 600 mil pessoas vão eleger um novo Chefe do Executivo.

Vale a pena recordar, os quatros princípios gerais da “Plataforma de Candidatura do Senhor Chui Sai On” prometidas em meados de 2009 que curiosamente não esta na “internet” e que deveria estar no Portal do Governo para divulgar aquilo que fosse sucessivamente cumprido. Apelo ao Chefe do Executivo para que assim proceda. Em 2009 o Chefe do Executivo prometeu o seguinte:

- 1. Enfrentar a crise financeira global;**
- 2. Elevar a qualidade de vida dos residentes;**
- 3. Fomentar adequadamente a economia diversificada;**
- 4. Reformar o regime administrativo do governo.**

Quanto ao primeiro ponto, com o apoio do Governo Central na política dos vistos individuais, os cofres públicos estão abarrotados de “patacas”. Estas pilhas de “patacas” têm conduzido o Governo ao despesismo incontrolável do erário público. O fosso entre os ricos e pobres é maior e a classe média vai desaparecendo do mapa social de Macau. O número de “escravos da banca” não pára de aumentar devido ao longo período de amortizações face aos empréstimos para aquisição da habitação.

Quanto ao segundo ponto de elevar a qualidade de vida dos residentes está provado que a qualidade de vida é cada vez pior em Macau, a começar com a poluição do meio ambiente, poluição sonora e luminosa, o “cancro da habitação” a degradação da saúde pública, os graves problemas com os transportes públicos, os atrasos e despesismo com as obras do Metro, a insegurança dos peões nas zebras, a quase inexistência de táxis para os residentes etc e etc..

Resumindo e concluindo, a vida está cada vez pior em Macau e os jovens sentem que não têm futuro. Os vales pecuniários e de saúde deixaram de ter efeitos analgésicos ou “bóia de salvação” para um “barco que anda a deriva e prestes a afundar”.

Quanto ao terceiro ponto de diversificar a economia, a realidade é clara. Macau está-se a tornar numa cidade “casineira” e mais algumas “coisas” que giram à volta dos casinos como “satélites” umbilicados aos casinos. Os hotéis de luxo vão abrindo uns atrás de outros atraídos pelos casinos.

Finalmente, o quarto ponto da reforma do regime administrativo do governo poderá dizer-se que foi um total desastre e a imagem pública da SAJ é reflectido num sentimento generalizado de incompetência e ignorância dos assuntos que conduziram à degradação geral da moral dos trabalhadores e ineficiência de muitos serviços públicos. No final a “factura” é paga pelo Governo e na pessoa do Chefe do Executivo.

Ficamos à espera da próxima Plataforma de Candidatura do Candidato para o cargo de Chefe do Executivo de 2014.

Muito obrigado!

O Deputado à Assembleia Legislativa da Região Administrativa Especial de Macau aos 27 de Maio de 2014.

IAOD do Deputado Leong Veng Chai em 27.05.2014

Depois de várias semanas de chuva, finalmente o sol voltou a aparecer no dia 25 de Maio. Reparei que a maioria dos manifestantes era jovem e, debaixo de um sol intenso e com temperaturas acima dos 30 graus, muitos deles participaram, pela primeira vez, numa manifestação. Segundo um amigo jornalista, a manifestação contou com mais de 20 mil participantes, segundo um cálculo conservador, e, durante o caminho, os peões e os lojistas estimularam os manifestantes, e houve também pessoas que aderiram ao grupo para protestar. Foi a maior manifestação de sempre desde a transferência de poderes, que contou com o maior número de participantes. Foi uma manifestação muito unida, com todos a exigirem ao Governo que retire a proposta de lei sobre o Regime das garantias do Chefe do Executivo e dos titulares dos principais cargos, e é um novo marco histórico para os residentes de Macau, que vai ser registado nos anais.

Passaram-se 14 anos desde a transferência de poderes, o preço dos imóveis está em alta, há muitos engarrafamentos de trânsito, baixa qualidade dos serviços de saúde, elevadas taxas de inflação e muitos problemas relacionados com a vida da população, isto tudo devendo-se à baixa eficácia do Governo. Os problemas mais urgentes relacionados com a vida da população ainda não foram resolvidos, mas os altos governantes criaram os seus próprios benefícios antes de cessar funções, negligenciando o interesse público, o que resultou em descontentamento social e na iniciativa desta manifestação de 25 de Maio.

Lembro-me de que no programa político para a candidatura ao cargo do Chefe do Executivo, em 2009, na parte da reforma da Administração Pública, se referia a uniformização dos direitos e deveres de todos os trabalhadores da Função Pública, no sentido de que os trabalhadores dos diferentes serviços e contratados dos regimes diferentes conseguissem obter regalias e bem-estar justos, mas o facto reflecte que o Chefe do Executivo pretende concretizar a criação do fenómeno de “engordar os superiores e emagrecer os inferiores”, elaborando uma lei “feita à medida” para os seus próprios interesses. Não podemos esquecer que, na Universidade de Pequim, o Presidente do Estado, Xi Jinping, recomendou aos estudantes universitários que se quisessem ser dirigentes não pensassem em enriquecimento, pois quem quiser enriquecer, não vai ser dirigente. Agora, parece que os altos dirigentes da RAEM não só não ouvem isto, como até não prestam a devida atenção, antes, fazem exactamente o que contraria isto.

Mais, o manifesto eleitoral deve referir a questão do aumento do mecanismo de pedido de responsabilidades aos titulares dos principais cargos, aumentando assim o nível e a capacidade de governação, contudo, a realidade é totalmente inversa. O Estatuto dos titulares dos principais cargos da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM) e as respectivas normas de conduta são um monte

de papel que não vale nada. A legislação estipula claramente que os Secretários são os responsáveis políticos pelos erros e decisões incorrectas, mas toda a população consegue ver tanto na situação das 10 campas como na dos 8 terrenos em frente ao aeroporto, concedidos erradamente, os respectivos titulares dos principais cargos não pediram desculpa e nenhum deles teve de se responsabilizar pelos casos, por isso, como já foi dito, o referido Estatuto e as normas de conduta são um conjunto de papel sem valor, e tudo isto contradiz o que foi prometido, na altura, pelo Chefe do Executivo, aquando da apresentação do seu manifesto eleitoral. O mais caricato é que estes titulares dos principais cargos foram irresponsáveis e tiveram uma prestação muito má no trabalho, mas ainda querem aproveitar-se do erário público, aquando da saída do respectivo cargo.

Por fim, não se esqueçam de que existem sempre os dois lados da mesma moeda, pois os residentes é que são, efectivamente, o patrão do Governo da RAEM, e acredito que o Chefe do Executivo já sabe perfeitamente quais são as exigências destes. Pelo exposto, solicito ao Chefe do Executivo que dê resposta às solicitações dos residentes, pois, caso contrário, o descontentamento destes vai ser cada vez maior.

IAOD do Deputado Mak Soi Kun em 27.05.2014

Para apoiar a diversificação da economia e o desenvolvimento das micro e pequenas empresas, tem o Governo lançado as mais variadas políticas de apoio, entre as quais a requalificação da Rua da Felicidade, tema para o qual contribuíram muitas opiniões, incluindo para o mais recente Plano de Roteiro Turístico que visa atrair parte dos visitantes até aos bairros antigos, o que não só lhes permite terem mais opções, mas também apoia o desenvolvimento das micro e pequenas empresas, revitalizando a economia desses bairros.

Por isso, visitou a nossa equipa, na Rua da Felicidade, uma loja de sopa de fitas com mais de 50 anos de história, que tem como especialidade “fitas batidas com vara de bambu”, logo, testemunha do progresso e declínio daquela zona. Trocámos com os proprietários opiniões e ideias sobre o desenvolvimento comunitário e os problemas de vida. Fomos calorosamente recebidos pela patroa, quando entrámos, a qual, depois de nos cumprimentar, perguntou-me porque é que não tenho aparecido ultimamente. Respondi então que era por causa de ser difícil encontrar uma mesa, ao almoço, por haver muita clientela que até faz fila na rua. Quando perguntei sobre a situação do negócio nestes últimos tempos, respondeu-me a patroa que o plano de apoio à remodelação dos estabelecimentos das micro e pequenas empresas a tinha ajudado bastante, porque o Governo lhe atribuiu um valor para o efeito e o Gabinete para os Recursos Humanos até lhe autorizou a contratação de alguns trabalhadores não residentes. Só que, como dispararam os custos de exploração e os preços dos materiais, teve que aumentar também o preço dos produtos: em resultado, o volume de negócios caiu a pique. Perguntei-lhe ainda se os visitantes vinham comer ao estabelecimento, mas respondeu-me que não chegam até àquela parte da rua. Durante a conversa, falou a patroa ainda do Fundo para a Protecção Ambiental, dizendo que requereu a instalação de quatro aparelhos de ar condicionado amigos do ambiente, mas apenas dois foram autorizados pelo Governo, o que é manifestamente insuficiente no Verão, com a casa cheia. Se o Governo executasse com pragmatismo as acções, isto não aconteceria.

Embora o número de turistas em Macau aumente por ano rapidamente, os valores de negócio das lojas diminuem. O que demonstra isto? Quer dizer que as micro, pequenas e médias empresas estão a enfrentar muitas dificuldades. Embora o Produto Interno Bruto (PIB) e o número de turistas aumentem anualmente, as micro e pequenas empresas não conseguem fruir do crescimento económico trazido pelo aumento desse PIB. Por exemplo, há proprietários de muitas lojas que permanecem há várias gerações em Macau, isto é, são os verdadeiros residentes, que contribuíram imenso para o desenvolvimento local, muito embora hoje em dia não consigam gozar verdadeiramente do fruto do desenvolvimento económico. Ou seja, o crescimento económico não lhes acarreta grandes benefícios, antes aumenta a pressão na sua vida. Quero saber se o Governo procedeu a uma reflexão e avaliação deste fenómeno. Qual é o resultado obtido com as políticas lançadas para o apoio às micro e pequenas empresas? Acredito que a intenção do Governo é boa, mas para que estas consigam sair

verdadeiramente beneficiadas, é necessário fazer seriamente um balanço quanto ao resultado das políticas lançadas. O Governo fez isso?

Segundo os média: “de acordo com o cálculo dos dados citados no relatório de ‘investigação às micro e pequenas empresas’, divulgado no início de 2012 pela Associação Económica de Macau, tendo em conta o número de trabalhadores que definem as micro, pequenas e médias empresas, o número destas é, respectivamente, 1900, 2800 e 26 000, ou seja, 99,1% do total das empresas locais. Em termos do seu número, as micro, pequenas e médias constituem os grupos principais na nossa economia. Contudo, o clima macro da mudança abrupta da nossa economia tem provocado grande impacto nos negócios de um número bastante elevado destas empresas.” Embora o peso destas empresas no PIB não seja grande, tem ainda importância para a estabilização social. Para além disso, Macau é uma cidade destinada a centro de turismo e lazer a nível mundial, por isso a nossa gastronomia é também uma das características que deve ser apoiada prioritariamente pelo Governo.

As lojas da Rua da Felicidade servem de exemplo. As políticas do Governo devem permitir às micro e pequenas empresas desfrutarem do fruto do desenvolvimento económico, pois não se deve olhar só para os números anuais desse desenvolvimento. A Direcção dos Serviços de Turismo deve planear melhor os roteiros turísticos, com vista a revitalizar as zonas antigas, pois os residentes e as PME estão preocupados em saber como o Governo os vai ajudar a disponibilizar um bom ambiente de negócio. Por exemplo: o Governo pode disponibilizar algumas lojas nas zonas das habitações públicas para as PME locais desenvolverem, e transformar os respectivos locais em ruas gastronómicas ou culturais com especificidades locais. Algumas associações propuseram ao Governo a criação de algumas ruas nas zonas antigas para os lojistas e as PME, para conseguirem evidenciar as especificidades dos costumes culturais e a gastronomia local, que incluísse, nomeadamente, exposições, especialidades gastronómicas e lembranças turísticas, ajudando assim as micro e pequenas empresas de Macau a desenvolverem o seu comércio¹.

Para além disso, sabemos, ao contactar com as micro e pequenas empresas, que estas gerem o seu negócio de tipo familiar e enfrentam actualmente um problema muito importante que é a sucessão neste negócio. Com a pressão do encarecimento das rendas, o mau ambiente de negócio e o facto de este dar muito trabalho, os filhos não querem continuar a desenvolvê-lo. Pelo exposto, espero que os dirigentes do Governo vão àquelas zonas ouvir as opiniões dos proprietários das micro e pequenas empresas sobre o ambiente de negócios, antes de implementar políticas.

¹ Dados: o ambiente de negócios das PME não é bom: <http://www.bizintelligenceonline.com/content/view/17/10/lang/>

IAOD do Deputado Ng Kuok Cheong em 27.05.2014

Em 2009, o Governo Central autorizou o Governo da RAEM a construir novos aterros urbanísticos, compostos por cinco zonas, encontrando-se neste momento em curso as obras de aterro da zona A, que é a maior. O Chefe do Executivo voltou a manifestar que não vai conceder nem trocar terrenos antes de concretizar a política “terras de Macau para as suas gentes nos novos aterros urbanísticos”. Isto pode ser um mecanismo de longo prazo eficaz para desenvolvimento de habitações para os residentes de Macau, porém, ainda não se concretizou. A respectiva consulta pública devia ter tido início este ano, em Abril, mas acabou por ser adiada. No dia 10 de Maio, um grupo interserviços anunciou um plano intitulado “Plano de Aquisição de Imóveis para Habitação por Residentes de Macau”, no qual as terras de Macau para as suas gentes não aparece, porque o respectivo texto de consulta não visa recolher opiniões sobre isso, mas foca o tipo de habitações, que não passa de uma pequena questão daquela política.

Na minha opinião, a consulta pública sobre a política “terras de Macau para as suas gentes” devia procurar o consenso quanto a questões como a definição do conceito terras de Macau para as suas gentes, a oferta de terrenos, as limitações impostas à 1.^a e seguintes aquisições de imóveis, e a legislação. É necessário regulamentar que, até 20 de Dezembro de 2049, sejam apenas os residentes de Macau os proprietários de habitações nos novos aterros urbanísticos, quer quanto à 1.^a aquisição do imóvel quer às suas transacções posteriores, e com base nisso, proceder ao planeamento do desenvolvimento dos terrenos para fins habitacionais nos novos aterros urbanísticos.

O capítulo IV intitulado “Influência dos Recursos de Terrenos sobre Habitações”, do texto para consulta, é demasiado simples, não dá oportunidade aos residentes de ponderarem seriamente sobre os novos aterros urbanísticos nem de se pronunciarem sobre isso. Assim, duvida-se que o Governo esteja mesmo determinado em concretizar a política “terras de Macau para as suas gentes nos novos aterros urbanísticos”.

O texto de consulta do “Plano de Aquisição de Imóveis para Habitação por Residentes de Macau” visa, no seu capítulo V, recolher opiniões, mas não passa de um plano sobre a 1.^a aquisição de imóvel, portanto, não pode representar, na íntegra, a política “terras de Macau para as suas gentes”.

Este Plano destina-se à aquisição da primeira casa, e o Governo pode considerar integrá-lo no plano das “terras de Macau para as suas gentes nos novos aterros urbanísticos”. E até estes estarem concluídos, o Governo, ao invés de aproveitar estes recursos escassos para outros objectivos, deve antes concentrar-se no seu aproveitamento para a construção de habitações sociais e

económicas, quando conseguir mobilizar os terrenos que não foram devidamente aproveitados e transformar os terrenos disponíveis para construção que não se encontravam nesse estado.

É de referir que a transformação das “terras de Macau para as suas gentes” num mecanismo de longo prazo eficaz para o desenvolvimento habitacional depende da disponibilização de terrenos suficientes. Portanto, delimitar um ou dois terrenos para a construção de uma quantidade reduzida de habitações não vai ajudar em nada.

É então necessário construir 43 000 habitações nos novos aterros urbanísticos, e todas devem destinar-se à concretização do princípio “terras de Macau para as suas gentes”. Assim, 60% dos terrenos destinados ao desenvolvimento habitacional nesses novos aterros devem ser reservados para a construção de habitações sociais e económicas. É ainda necessário proceder à revisão da Lei da Habitação Económica, fixando um prazo para atribuição das habitações, podendo assim a população ter acesso às informações sobre a quantidade de habitações disponíveis, e quanto ao Governo, pode, com base nestas informações, proceder à respectiva construção em tempo útil e de forma ordenada. Dos restantes 40% dos terrenos destinados ao desenvolvimento habitacional, é necessário reservar uma parte para a construção de centros de serviços sociais, habitações para funcionários públicos e de centros habitacionais provisórios. Para além disso, é necessário disponibilizar novos tipos de habitações para responder às necessidades efectivas dos residentes, dos que pretendem comprar a sua primeira casa, dos que pretendem arrendar primeiro e comprar depois, dos idosos que querem ter uma casa com boas condições, dos que pretendem trocar de casa, etc.. E às habitações susceptíveis a alienação nos termos da lei, aplicam-se as regras definidas no plano “terras de Macau para as suas gentes”.

O mais importante é decidir, quanto antes, quais são os terrenos dos novos aterros urbanísticos destinados à concretização deste princípio, que podem servir de base ao planeamento urbanístico destas novas zonas, cuja consulta terá lugar em Dezembro deste ano. O Governo da RAEM deve fixar ainda um prazo para a conclusão dos aterros, divulgando regularmente junto do público o ponto de situação das respectivas obras.

Volto a exigir, publicamente, ao Governo da RAEM e aos que pretendem candidatar-se ao próximo mandato do Chefe do Executivo, que acabem com os trabalhos à porta fechada, que resistam a qualquer tentativa de derrubar os mecanismos eficientes de longo prazo para o desenvolvimento habitacional de Macau, e que acabem com a concessão de terrenos através de “falsas partidas”, antes da concretização do princípio “terras de Macau para as suas gentes nos novos aterros urbanísticos”.

IAOD do Deputado Au Kam San em 27.05.2014

Nestes últimos anos, o Governo tem utilizado termos como serviços interdepartamentais, mecanismos eficazes e criação de mecanismos para resolver os problemas. De facto, é tudo útil. Pois, quem vai opor-se ao Governo quanto à criação de mecanismos eficazes para os assuntos importantes relacionados com a vida da população? Quem vai opor-se ao Governo quanto à criação de mecanismos permanentes? Mas, infelizmente, estes termos são vagos. Depois de criados esses tais mecanismos, passam a existir regras para seguir, não será isto útil? Mas o pressuposto é a criação de mecanismos ter por base a imparcialidade, a justiça e a isenção, e como rumo o desenvolvimento sustentável. Se na base desta criação estiver a parcialidade, a injustiça, e até o encobrimento de actos criminosos, então essa criação é inadequada e só vai acarretar graves prejuízos para a sociedade. Por isso, a criação de mecanismos nem sempre significa utilidade.

Realmente, Macau necessita de mecanismos, que são indispensáveis a qualquer cidade que pretende seguir rumo à modernização. Mas a prioridade desses mecanismos deve ter em conta o interesse público e não servir os senhores do poder. Passaram-se já quase quinze anos desde a transferência de soberania, e mesmo com o desenvolvimento económico registado, o descontentamento da população não diminuiu, antes pelo contrário, aumentou. A resolução dos problemas da população exige mecanismos. O Governo já ponderou como é que, através da criação de mecanismos, vai conseguir resolver os problemas da população, nas áreas da saúde, alimentação, habitação e transportes? Porque é que, no âmbito dos mecanismos, o Governo actua de forma tão eficaz para uma pequena minoria de pessoas, e de forma tão lenta para a grande maioria?

Por exemplo, as dificuldades de acesso aos serviços de saúde já persistem há muito tempo. O Governo criou algum mecanismo para o efeito, por exemplo, triagem dos doentes, diminuição do tempo de espera, e aumento da qualidade dos serviços? Desculpem lá, mas não criou nenhum! O Governo só avança depois de terminado o processo, e nada faz quanto à definição e criação de mecanismos eficazes.

Os preços dos alimentos estão muito altos, mas o Governo nada fez para resolver este problema social que afecta milhares de residentes. Fala muito mas o que fez resultou em nada. Então, não será preciso criar mecanismos para reduzir os preços dos produtos?

A habitação é a principal fonte do rancor da população. Foram mais de 42 mil as famílias candidatas a 19 mil habitações. Dependem de um sorteio tipo Las Vegas para determinar se uma família vai ter casa para viver, afinal, que Governo

é este? Face a esta necessidade, o Governo, para proteger os interesses de um número reduzido de empresários do sector imobiliário, prefere guardar os terrenos em vez de os utilizar para construir mais habitações económicas, transformando os cidadãos em “caixas multibanco humanas”. Então, que Governo é este? É um Governo que serve os cidadãos ou os empresários do sector imobiliário? O Governo da RAEM afirmou que ia criar mecanismos eficazes de longo prazo para a habitação, no entanto, nenhuma promessa foi concretizada, está tudo em branco, e o Governo pensa que os residentes de Macau são todos tolos. Solicitamos apenas ao Governo alguns biliões de patacas obtidos na venda de habitações económicas para a criação de um fundo para a construção de habitações públicas, por forma a salvaguardar que esta construção não pare. Mas se nem essa exigência simples e viável foi acolhida pelo Governo, então, para quê falar da criação de mecanismos e regimes eficazes de longo prazo? Veja-se os recentes casos de dois edifícios em perigo, estavam na mesma situação, mas o tratamento dado ao Sin Fong foi significativamente diferente do que foi dado ao Koi Fu. O Sin Fong envolvia algumas centenas de famílias, o número de envolvidos era elevado, então, o Governo adiantou subsídios, mas o caso acabou de forma triste, com protestos e dormidas na rua devido ao tratamento burocrático que foi dado ao caso. Bem, pelo menos, o Governo ainda arranjou 80 fracções para alojamento dos proprietários do Sin Fong. No caso do Koi Fu, como este apenas envolvia cerca de 12 famílias, o Governo recusou todas as solicitações dos proprietários, incluindo empréstimos sem juros, e o seu alojamento temporário em habitações sociais durante a reconstrução do edifício. O Governo limitou-se a prometer que ia acelerar os procedimentos de aprovação das propostas. Se os envolvidos são muitos faz todos os possíveis para satisfazer as necessidades, mas se são poucos a atitude é de desleixo. Um Governo que actua desta maneira é justo? Perante estas situações, não será necessário criar regimes? Não será responsabilidade de qualquer Governo responsável criar regimes viáveis e justos, com critérios uniformes para o tratamento de edifícios que se encontram em perigo? A criação de um regime destes é indiferente para o Governo.

Falando de deslocações... o trânsito em Macau tem sido desde sempre um caos. Os principais responsáveis até já adoptaram métodos ilegais, mas o nó do trânsito continua por desatar. Então, qual foi o regime que o Governo criou para resolver os problemas do trânsito?

Eu apoio o Governo da RAEM na sua criação de regimes. Mas essa criação deve ir necessariamente ao encontro dos residentes, para que os problemas relacionados com a sua vida possam ser resolvidos através de regimes racionais e viáveis. Solicito veemente ao Governo da RAEM para criar regimes não para uma minoria importante que detém o poder, mas sim em prol do bem-estar da sociedade.